



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO

Cleide Selma Pereira Santos*
(UESB)

Maria José Soares Freire Inácio**
(UESB)

Elisângela Soares Ribeiro***
(UESB)

RESUMO

O presente trabalho traz reflexões sobre a importância do planejamento na educação, revelando suas contribuições no processo de emancipação dos escolares, na gestão democrática e melhoria da qualidade da educação. O caminho metodológico utilizado nesse estudo foi a pesquisa bibliográfica que segundo Caldas (1986, p. 15) representa a “coleta e armazenagem de dados de entrada para revisão, processando-se mediante levantamento de publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes.”. Percebemos que o planejamento se constitui como o primeiro passo na busca da qualidade que se almeja para a educação e quando este é elaborado de forma participativa, considerando as diversas variáveis educacionais contribui significativamente para a promoção da aprendizagem, da gestão democrática e educação emancipatória.

PALAVRAS CHAVE: Planejamento. Gestão democrática. Qualidade da educação.

* Pedagoga e Pós-graduanda em Gestão Educacional pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Participante do NUPLEI (Núcleo de Pesquisa de Ludicidade em Educação Infantil); Assistente de alunos e Assistente do Departamento de Ensino no IFBA - Campus Jequié. E-mail: cleideselma10@hotmail.com.

**Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professora de Filosofia no Colégio Luiz Eduardo Magalhães em Jequié/BA. E-mail: marianeinacio@hotmail.com.

***Pedagoga pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tutora do Curso de Extensão “As Tecnologias da Informação e Comunicação e Novas Práticas Pedagógicas” (UESB); Participante do Grupo de Estudos sobre Educação, Trabalho e Gênero (UESB) e Pós-Graduanda em Metodologia do Ensino Superior (FIEF). E-mail: elizangelaribeiro1000@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolver este artigo trazendo reflexões a cerca da importância do planejamento na educação decorre da necessidade de compreender as contribuições que o mesmo proporciona para a prática educativa, instrumento que engendra a concepção de educação e do seu papel político na sociedade por parte dos educadores e que influencia a atuação da escola no meio social. O planejamento é um instrumento fundamental na formação dos alunos, na gestão escolar e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Para Veiga (2002, p.1) planejar é “Lançarmo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente”. Em outras palavras, significa analisar o presente, verificar o que deve ser mudado e as possibilidades de adquirir tais mudanças, ou seja, prever o futuro, para partindo daí agir de forma que garanta a efetivação dos seus planos. Este planejamento deve ser colocado em prática, para que assim alcance seus objetivos, do contrário o mesmo será um mero documento irrelevante, onde sua autenticidade servirá apenas para servir como prova de uma tarefa burocrática. Vale ressaltar que o planejamento não pode se constituir em instrumento engessado, inflexível, pelo contrário, deve estar abertas às modificações que porventura se fizerem necessárias.

Planejar significa traçar objetivos a serem alcançados e refletir numa estratégia metodológica para atingi-los. Estes objetivos não se restringem aos que são traçados para uma aula ou em um plano de disciplina ou de curso, vai muito além, diz respeito também ao objetivo educacional para a formação do sujeito na sociedade, o qual será estabelecido a partir do conceito de sujeito, educador, educação e sociedade que está implicitamente na prática pedagógica do dia a dia da escola, proposta no Projeto Político Pedagógico e de uma forma mais ampla no Plano Nacional de Educação.

É importante destacar que o planejamento é um ato político e imprescindível à ação educativa e ao fazer pedagógico, pois na caminhada rumo a



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

uma educação que queremos não podemos agir no improviso, nesse sentido o planejamento torna-se instrumento necessário por definir a trajetória ao analisar o presente e propor estratégia para alcançar o futuro desejado. Vasconcelos (2000, p.63) define o planejamento “enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para a ação, que, em função de tal mediação, passa a ser consciente e intencional”. Assim, a elaboração do planejamento deve ser baseada numa análise da realidade, propondo os objetivos e meios de alcançá-los. Na perspectiva da gestão democrática, o planejamento se constitui em um instrumento de promoção da interação e do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educacional, por permitir que estes reflitam sobre as ações desenvolvidas e discutam a cerca das propostas, propondo melhorias a partir da avaliação realizada sobre as ações desenvolvidas.

Tendo em vista que o planejamento ocorre dentro das escolas e em espaços extra-escolares, que são os planos elaborados pelo governo para e diante da grande dimensão do assunto, nos deteremos a uma reflexão sobre o papel do planejamento dentro do espaço escolar, focando as suas contribuições para a gestão escolar e o desenvolvimento do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em sala de aula.

Segundo Libâneo (1994), o planejamento de ensino possui três fases: Plano da Escola, Plano de Ensino e Plano de aula. Plano da Escola é o plano pedagógico e administrativo da unidade escolar. Plano de Ensino é um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano ou semestre. Plano de Aula é um detalhamento dos passos ou fases de desenvolvimento de uma aula ou conjunto de aulas.

Nereci (1983) afirma que um planejamento, seja ele de curso, disciplina ou de aula deve levar em consideração os seguintes procedimentos: diagnóstico, objetivos, conteúdos, plano de ação didática e avaliação. O diagnóstico diz respeito ao levantamento de dados sobre uma determinada realidade, este levantamento deve ser realizado de forma precisa afim de que se conheçam as necessidades,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

possibilidades e aspirações da realidade onde se deseja intervir. Nesse tipo de planejamento o educando deve ser o principal objeto de pesquisa, o educador deve está atento às peculiaridades de cada educando para que o planejamento possa se constituir em instrumento de inclusão e promoção de aprendizagem.

A partir do diagnóstico o educador estabelecerá os objetivos, que é o que se deseja fazer em termos de futuro, é o que se pretende alcançar, ou seja, se refere às modificações que se deseja obter por parte do educando. Os objetivos propostos podem ser alçados em curto período de tempo, como também pode demandar um período longo para adquirir os resultados esperados. Nereci (1983) coloca que os objetivos mais amplos correspondem aos objetivos propostos por uma escola, um curso, uma disciplina e denomina-os de objetivos educacionais, enquanto que os objetivos alcançados com maior brevidade são denominados objetivos instrucionais, estes são propostos em aulas e também se chamam específicos, operacionais ou comportamentais.

A escolha dos conteúdos pelo educador deve atender as necessidades do corpo discente. Segundo Libâneo (1994, p.128) “conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida”.

Em algumas escolas existe certa discrepância com relação ao que é ensinado nas escolas e o que se encontra dentro da zona de desenvolvimento potencial dos educandos, pois há uma apreciação do currículo conteudista, não levando em consideração a zona de desenvolvimento proximal do educando, os professores buscam cumprir uma meta curricular, a transmissão de conteúdos estabelecidos em um currículo ocasionando assim a frustração e exclusão de muitos alunos que ficam a margem do processo educativo devido à falta de conhecimentos prévios necessários para a apreensão de tais conteúdos, além de abordar tais conteúdos de forma dissociada da realidade.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

O plano de ação didática se refere à metodologia adotada pelo professor para o alcance dos objetivos propostos, são as estratégias utilizadas para que o educando alcance os resultados esperados. A metodologia adotada pelo professor dependerá da sua concepção de educação. Assim se o educador acredita ser detentor do conhecimento e que o aluno é uma tabula rasa, ele atuará numa perspectiva de transmissão de conteúdos negando aos educandos o direito a participação na construção do conhecimento, se por outro lado o educador acredita que o aluno possui conhecimentos prévios e valoriza esse conhecimento e que sua função é de mediador no processo de ensino aprendizagem, atuará numa perspectiva de facilitador da aprendizagem, provocando o aluno a mobilizar seus saberes a fim de assimilar novos conhecimentos propostos em sala de aula, o educando se tornará, portanto, participante no processo de ensino aprendizagem.

A avaliação, por sua vez, se constitui em um instrumento de fundamental importância na busca da qualidade educacional e aprimoramento do trabalho desenvolvido, pois além de nos remeter a uma reflexão sobre as ações desenvolvidas, possibilita o conhecimento sobre as potencialidades e fragilidades do plano de ensino, ou seja, nos fornecem informações necessárias para a construção e reconstrução de um planejamento mais eficaz, visto que este é flexível podendo ser modificado a depender das circunstâncias.

Segundo Zabala (1998) "avaliação é um processo que se denomina em sua primeira fase como avaliação inicial", pois a partir daí sabe-se o ponto de partida para atingir os objetivos propostos. Além disso, a avaliação não deve ser realizada apenas em um âmbito, ou seja, ela deve ser ampla e atingir as diversas variáveis que estão imbricadas no processo educativo, daí a importância de um diagnóstico preciso para que a avaliação ocorra de forma mais eficiente. Em outras palavras, a avaliação não pode ocorrer em momentos isolados, ou somente no início e/ou fim, ela é um processo contínuo, onde se devem observar vários fatores que podem contribuir para determinado resultado e deve servir como instrumento de análise



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

para intervenção, pois seu objetivo maior deve ser produzir mudanças significativas na aprendizagem do aluno.

Os educadores que planejam e refletem sobre sua prática tem maior possibilidade de oferecer um ensino de melhor qualidade aos seus educandos. No entanto, segundo Vasconcelos (2000) o planejamento caiu na descrença por inicialmente ter sido apresentado como algo que promoveria mudanças em todos os aspectos, como se a educação só dependesse do planejamento para melhorar sua qualidade. Assim os planejamentos passaram a ser construídos como simples prática de registros, outro fator que contribui para fazê-lo por fazer é a extensa carga horária de trabalho que é colocada aos professores, seja por decisão ou imposição, mas que de uma forma ou de outra é motivada pelos baixos salários recebidos por estes profissionais ou pelo fato do Estado sobrecarregar esses profissionais no intuito de tornar a educação menos onerosa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) afirma que é de incumbência dos docentes participarem da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e executar o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e zelar pela aprendizagem dos alunos. A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino diz respeito à proposta da escola que traduz a concepção de educação da mesma, já o plano de trabalho se refere ao plano de disciplina e de aula.

Segundo Freire (1996 p.46), “não há educação sem política educativa”, e que “a educação não é neutra e numa sociedade marcada pela dialética entre opressor e oprimido, o não posicionamento do educador leva-o instantaneamente a apoiar o sistema vigente, que indubitavelmente está do lado dos opressores”. O autor se preocupou em proporcionar ao aluno não apenas o acesso à cultura, mas ensiná-lo a ver nas desigualdades do capitalismo um caminho para alteração da realidade, suas idéias originaram a pedagogia libertadora, a qual utiliza de conteúdos extraídos da realidade do educando para discutir sua condição social. Assim,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

podemos perceber que a educação nunca esteve isenta de jogos de interesses. Em concordância a Althusser (1985), atualmente na sociedade capitalista a escola tem servido como um aparelho ideológico do Estado. Nesse sentido, Gadoti (1991, p.79) afirma que:

[...] a escola é um aparelho da classe dominante. Nessa sociedade, a universidade, sobretudo, tem uma função particular: formar advogados para defenderem o capital, formar médicos para cuidarem da saúde da burguesia, formar veterinários pra os grandes latifúndios, formar economistas para defenderem os interesses particulares do capitalismo, formar educadores para conservar tudo como está.

Diante destas relações do sistema, a construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico é um instrumento de extrema relevância na formação dos educandos e da gestão escolar, pois a partir da análise da realidade social dos educandos, a escola decidirá quanto ao seu papel, se é de conservação do status quo ou de emancipação do sujeito social, decisão que não pode ser tomada isoladamente na posição do diretor e sim em conjunto, no qual está inseridos os educadores, educandos e comunidade. Freire (2006, p. 61) ainda coloca que “nenhuma ação educativa deve prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais”, fatores que são discutidos no ato da construção do PPP, que por sua vez, trará informações que devem ser levadas em consideração durante o processo educativo.

Para Saviani (1982, p.93) “A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente Pedagógica”, ou seja, seu potencial político está intimamente articulado ao compromisso do Projeto com os interesses de uma determinada classe social, enquanto que o Pedagógico se refere às definições de ações, da trajetória metodológica que levará ao alcance de tais propósitos e sua intencionalidade. O projeto político pedagógico é um planejamento a cerca do trabalho a ser desenvolvido pela escola, onde é pensado o



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

seu papel na sociedade buscando um caminho para efetivar seus ideais, analisando o presente, e propondo objetivos e os meios de alcançá-los. Nas palavras de Gadotti (1994, p.579)

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores.

No processo de construção do Projeto Político Pedagógico deve-se refletir a cerca do tipo de educação que se deseja ter, qual deve ser seu papel na sociedade, analisar a trajetória escolar, os pontos positivos e negativos buscando mobilizar saberes na tentativa de encontrar soluções para os problemas enfrentados, e ter um planejamento que contribua para o tipo de educação que se defende. Este planejamento deve ser colocado em prática, para que assim alcance seus objetivos, do contrário o projeto será um mero documento irrelevante, onde sua autenticidade servirá apenas para servir como prova de uma tarefa burocrática exigida pelas autoridades.

Vale ressaltar que quanto à construção deste documento, esta deve ser realizada de forma democrática, com a inserção do corpo docente, discente e administrativo da instituição e de toda a comunidade beneficiária das atividades da escola, a proposta elaborada no Projeto deve garantir uma educação de qualidade levando-se em consideração a diversidade existente no espaço escolar a se enquadrar numa concepção política de educação que garanta aos educandos e comunidade um maior engajamento nos espaços sociais, permitindo-lhes uma melhor atuação na sociedade. No que diz respeito à construção do Projeto Político Pedagógico, Veiga (2002) afirma que “faz-se necessário propiciar situações à educandos,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

funcionários, educadores da comunidade que lhes permita aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente”.

Segundo Perrenoud (2000) o professor precisa ser competente o bastante para conseguir a adesão dos pais à sua metodologia, buscando envolvê-los no processo educativo. Assim como, cabe aos professores esta incumbência, também é dever da escola buscar estratégias para a inserção destes indivíduos no processo de construção das políticas educacionais, de forma que sejam sujeitos ativos na construção dos objetivos a serem alcançados, bem como nas metodologias para a efetivação destes, fazendo-se cumprir, dessa forma, o que diz a LDB ao instituir a educação como um dever da família e do Estado. A educação não pode ser pensada de forma dissociada da política, deve haver, portanto, uma prática pedagógica consciente de seu papel político.

O projeto pode se imbuir em duas categorias: a emancipatória ou regulatória. Na construção do Projeto Político Pedagógico Emancipatório Veiga (2003) coloca que a instituição educativa repensa a estrutura de poder, suas relações sociais e seus valores, pressupõe ruptura, deslegitimando as formas instituídas, busca superar a fragmentação das ciências, é construído coletivamente e regido pelo intercâmbio e pela cooperação dos seres envolvidos no processo educativo, busca a inclusão social e o fortalecimento do diálogo, da autonomia e da unicidade e coerência do projeto com o processo formativo não se restringindo à preocupação com o trabalho metodológico e técnico, mas com a sua relação com o contexto social.

Enquanto que o Projeto Regulatório, como próprio nome já infere, regula a inovação chamando os indivíduos que deveriam ser coparticipantes na sua construção a aceitar o estatuído. Apresenta uma inovação que não tem o sentido de provocar mudança, pois a mesma não surge a partir do que já existe, mas sim de uma ideologia dominante, despreza a diversidade no espaço escolar e a inserção dos indivíduos no processo educativo serve para camuflar os verdadeiros objetivos



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

dominantes, provocando pequenas mudanças temporárias e a sua preocupação está nos aspectos metodológicos e técnicos em detrimento do sociopolítico.

Vale ressaltar que a avaliação institucional se constitui em um instrumento de fundamental importância na busca da qualidade educacional e aprimoramento do trabalho desenvolvido, pois além de nos remeter a uma reflexão sobre as ações desenvolvidas no âmbito institucional, possibilita o conhecimento sobre as potencialidades e carências da instituição, ou seja, nos fornece informações necessárias para a construção de um planejamento que poderá intervir na realidade a fim de modificá-la. O planejamento deve ocorrer de forma participativa, envolvendo o maior número possível de membros das categorias que constituem a escola, sua elaboração e implementação reaviva continuamente o processo de reflexão das ações desenvolvidas pela comunidade escolar.

CONCLUSÕES

O planejamento, seja ele de curso, de disciplina ou de aula precisa ser elaborado com base em um diagnóstico preciso dos educandos para que se proponham objetivos que atendam as necessidades educacionais do contexto pesquisado, precisa estar atento a diversidade e carências dos educandos, os objetivos devem ser elaborados dentro da zona de desenvolvimento proximal dos educandos, facilitando assim o processo de assimilação do conhecimento e a metodologia adotada para o alcance dos objetivos pressupõe uma concepção de educação emancipatória, ou seja, que valorize as potencialidades e conhecimentos dos alunos para que estes se tornem participantes na construção do conhecimento.

O planejamento não pode ser elaborado dentro de uma perspectiva de simples preenchimento de papel, é necessário que o planejamento seja pensado para contribuir com a qualidade do ensino aprendizagem, para tanto, a execução da



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

proposta e reflexão sobre as ações desenvolvidas é essencial para a garantia dessa qualidade.

Quanto ao projeto político pedagógico, vale ressaltar que não basta elaborar um documento contendo as necessidades e os objetivos educacionais, faz-se necessário que todo o corpo docente e gestacional da escola juntamente a comunidade e educandos se reúnam para avaliarem a instituição e com base nos dados obtidos elaborem e implementem o projeto, fazendo com que este documento seja constantemente vivenciado e avaliado.

Na construção deste documento é importante destacar, que a educação possui um papel político e social na sociedade, portanto, é indispensável que o educador assuma seu papel a fim de cooperar com a formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, oferecendo, para isso, uma educação que proporcione aos educandos não apenas a decodificação da escrita, mas a leitura e interpretação do mundo, o educador deve está aberto ao novo, questionando-se e se deixando ser afrontado acerca das suas concepções analisando se estas são coerentes com a proposta da escola, buscando assim uma unidade pedagógica que deverá existir no projeto pedagógico e na prática pedagógica desenvolvida na escola.

Enfim, o planejamento em suas diversas esferas de atuação se constitui em um instrumento indispensável e de grande relevância na educação, pois na trajetória, rumo a uma educação de qualidade este documento, quando cria vida, assume um papel fundamental para a concretização dos objetivos propostos pelo educador e pela escola, pois ele indica as diretrizes, o caminho a seguir rumo a qualidade da educação que é definida a partir de um diagnóstico preciso de uma realidade e contempla a participação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília-1996.
- CALDAS, Maria Aparecida Esteves. **Estudos de revisão de literatura: Fundamentos e estratégia metodológica**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- FREIRE, Ana Maria (org.) **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- _____. **Política e educação: ensaios**. 5ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. 13ª edição São Paulo: Paz e Terra, 1996-coleção leitura.
- GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. Congresso de Educação Básica. Florianópolis, UFSC, nº 01, p. 1-18, 2003.
- _____. **A postura do educador numa sociedade em conflito**. In: Educação e poder. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. **"Pressupostos do projeto pedagógico"**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.
- LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
- NÉRICI, Imideo G.. Didática geral dinâmica. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- PERRENOUD, P. **Novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **"Para além da curvatura da 'vara'"**. In: Revista Ande nº 3. São Paulo, 1982.
- VASCONCELOS, Celso dos santos. Planejamento: Projeto de Ensino-aprendizagem e Projeto Político Pedagógico- elementos metodológicos para elaboração e realização. 16ª Ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1)
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14a edição Papirus, 2002.
- _____. **Inovações e Projeto Político-pedagógico: Uma Relação Regulatória ou Emancipatória?** Cadernos Cedes - n.61 – 2003.